

Editores

Breno Martins Campos
Ceci Maria Costa Baptista Mariani

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Recebido

3 jun. 2024

Aprovado

16 jun. 2024

Religião e Política na América Latina: passado-futuro

Ana Rosa Clocllet da Silva¹ , Douglas Ferreira Barros¹ , Glauco Barsalini¹ , Mariano Fabris^{2,3} , Roberto Di Stefano^{4,3} 

¹ Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. Campinas, SP, Brasil. Correspondência para: A. R. C. SILVA. E-mail: <anacloclet@gmail.com>.

² Universidad Nacional de Mar del Plata, Instituto de Humanidades y Ciencias Sociales, Facultad de Humanidades. Mar del Plata, Buenos Aires, Argentina.

³ Ministerio de Ciencia y Tecnología, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina.

⁴ Universidad de Buenos Aires, Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani". Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina.

Como citar este artigo: Silva, A. R. C., et al. Religião e Política na América Latina: passado-futuro. *Reflexão*, v. 49, e2413162, 2024. <https://doi.org/10.24220/2447-6803v49a2024e2413162pt>

O presente dossiê aborda um período complexo da história latino-americana, que compreende a segunda metade do século XX e adentra as primeiras duas décadas do XXI, durante o qual tiveram lugar transformações sociais, políticas, econômicas e culturais de grande impacto na vida dos indivíduos, das instituições e da sociedade civil, cujas ressonâncias se revelam-se atuais e operantes nestes países.

Durante essas décadas, governos de fato ou semilegais alternaram-se com etapas de uma democracia fraca e assediada que, somente em período recente da história destes países, alcançou legitimidade majoritária e consolidou suas bases de apoio. Além disso, a segunda metade do século XX foi uma fase de ajustes religiosos em resposta às mudanças pelas quais passavam as sociedades latino-americanas.

Quanto ao catolicismo, deve-se notar que sofreu intensas transformações nos marcos do Concílio Vaticano II e, especialmente, durante a sua posterior implementação no continente. As questões sobre os caminhos que a Igreja Católica deveria seguir para dialogar com um mundo em mudança acelerada – um diálogo que por si só acendeu uma ampla gama de debates durante as sessões conciliares – deram lugar, anos depois, a questões muito mais radicais sobre a atitude que deveriam assumir os católicos frente aos problemas do desenvolvimento e das desigualdades, sobre as implicações das situações estruturais de dependência e, finalmente, sobre a colaboração com – ou participação em – movimentos orientados para a transformação de situações de injustiça social, inclusive por meio da luta armada.

Assim, ao longo deste período, os vínculos entre religião e política reconfiguraram-se, refletindo e ao mesmo tempo criando novas condições de possibilidade histórica para a emergência de fenômenos de compromisso social e político, bem como dos movimentos religiosos, culturais, étnicos e de gênero que atravessam a cronologia recortada. Expressão de demandas específicas, variáveis no tempo e nas suas escalas de abrangência, estes movimentos são reveladores das escolhas dos agentes históricos em condições estruturadas, que estiveram na base da

irrupção das ditaduras militares, dos processos de luta pela recuperação da democracia e em defesa dos Direitos Humanos, da emergência de novas democracias e das dificuldades enfrentadas por seus processos de consolidação.

Se a consideração desta pluralidade de protagonistas, suas agências e seus projetos torna-se componente fundamental no reposicionamento dos termos de radicalismo dos engajamentos políticos e sociais que irrompem a cena pública e adentram o âmbito das esferas privadas, no que toca aos fenômenos religiosos é inevitável que a ênfase recaia sobre o catolicismo, dado seu lugar histórico nas culturas latino-americanas, a tradição institucional de sua presença e a vigência e diversidade de suas práticas e formas de crer.

Contudo, vale frisar que, mesmo reconhecendo a importância do catolicismo nas nossas sociedades, o espírito do dossiê é alheio a qualquer perspectiva “católicocêntrica” (Frigerio, 2018): ao invés disso, pretende problematizar a presença católica, dando conta das suas profundas transformações no período abarcado, sem perder de vista as mudanças pelas quais passaram outras confissões religiosas que integram o cenário religioso latino-americano.

A presença do religioso na esfera política pode assumir – e de fato assumiu no último meio século – as mais variadas formas. Pode, por exemplo, ganhar a forma de ensinamentos gerais e parcialmente dessacralizados sobre a ordem social ou sobre as relações econômicas – como, por exemplo, a Doutrina Social da Igreja Católica logrou fazer –; pode legitimar a irrupção ditatorial, pode ser invocada como uma força capaz de mobilizar o eleitorado ou orientar a atuação do presidente de uma república.

É o que nos revela o caso do Brasil, onde o Estado não está e nunca esteve livre da influência religiosa. Neste país, o envolvimento dos agentes religiosos, além do próprio vínculo institucional entre Igreja Católica e o Estado, tem configurado ingrediente incontornável da trama política do período. Com efeito, compartilhando de uma experiência comum a outros países latino-americanos, o catolicismo manteve-se operante na vida coletiva após a Independência, emprestando sentido e oferecendo balizas morais para se pensar a vida em sociedade. No período abordado por este dossiê, a fé politizou-se, fazendo com que teologias libertárias e conservadoras passassem a disputar ideias e práticas, buscando a hegemonia no espaço público.

Contra o trabalhismo do presidente João Goulart (1961-1964), aliaram-se às forças políticas conservadoras associadas aos segmentos ruralista e da grande empresa, grupos religiosos destacadamente tradicionalistas católicos, mobilizados em manifestações públicas pré e pós o golpe de Estado de 1964, como na emblemática “Marcha pela Família com Deus pela Liberdade”. Por outro lado, no espírito do Concílio Vaticano II (1962-1965) e da II Conferência Episcopal Latino-Americana de 1968, estabeleceu-se a Teologia da Libertação, teoria e *práxis* da maior importância no surgimento e desenvolvimento de movimentos sociais contrários aos regimes ditatoriais que se fixaram nas décadas de 1960 e seguintes, em diversos países da América Latina.

No que toca especificamente ao campo religioso cristão, é possível constatar que, desde os anos de 1980, a ascensão pentecostal e neopentecostal no cenário político brasileiro impôs novas complexidades aos arranjos institucionais entre religiões e Estado. No contexto da redemocratização, quando a agenda de discussões sinalizava com o apoio da Igreja católica a pautas progressistas, representantes de algumas denominações neopentecostais – com destaque inicial para a Igreja Universal do Reino de Deus – mobilizaram-se em torno de estratégias de participação política mais direta nos espaços legislativos, passando a pleitear a formação de candidaturas oficiais pelas denominações e a construção de frentes parlamentares de caráter confessional, derivando um modo de representação política institucional ou corporativo, conforme denominado por Ari

Pedro Oro (2003) e Paul Freston (1993). Reversivamente, tal estratégia impulsionou o desejo dos partidos políticos neste “mercado” de eleitores que, naquele momento, encontrava-se em franca expansão (Silva, 2017, p. 239).

No interior da Igreja católica, esta estratégia foi seguida pela Renovação Carismática Cristã, que passou a se consolidar como grupo católico com ampla inserção nas classes médias, cujo crescimento e visibilidade deram-se pelo investimento nos mesmos recursos monopolizados pelos neopentecostais: o massivo investimento nos meios de comunicação, “como veículos de propagação de sua mensagem”, além da projeção dos “padres com notoriedade midiática”, como forma de intervir social e politicamente. Para tanto, além da projeção sobre segmentos populares, o catolicismo carismático iniciou seu processo de articulação política, mobilizando-se na defesa do “ressurgimento da liturgia cristã no país, da transformação moral dos indivíduos, do ideário da família e da rígida moral sexual” (Silva, 2017, p. 242).

Neste sentido, embora originalmente a Renovação Carismática Cristã se caracterizasse pela tentativa de “levar a Igreja Católica a assumir um caráter mais intimista e pietista que social, negligenciando seu papel na sociedade” (Valle, 2004, p. 98), seu desdobramento no Brasil implicou assumir estratégias comuns às dos seus concorrentes pentecostais e neopentecostais, colaborando para reforçar uma lógica atestadora da simultânea desprivatização e publicização do religioso (Burity, 2001).

A atividade legislativa destes grupos produz efeitos ambíguos, na medida em que, se por um lado é fruto da pluralismo religioso e dos avanços da democracia (Cunha, 2007), por outro, legitimada pelo predomínio de pautas políticas conservadoras mais gerais, opera em “favor da contenção, da restrição e do retrocesso de alguns direitos garantidos pela Constituição de 1988” (Almeida, 2017, p. 3), ao mesmo tempo que busca restringir e criminalizar outras agendas progressistas, com impacto em valores religiosos e/ou morais. Ao mesmo tempo, estas estratégias se disseminam-se pelas redes sociais digitais que, representando um espaço interacional comum, acabam gerando um senso subjetivo de pertencimento entre estes atores político-religiosos.

Este cenário denuncia reconfigurações inéditas nos vínculos entre religião e política no Brasil, ao mesmo tempo que lança sérios desafios à consolidação de um Estado democrático de direito no país. Atualmente, esses grupos cristãos tradicionalistas conseguem unir forças em iniciativas programáticas, configurando uma “onda conservadora” convergente (Almeida, 2017), que teve como um de seus resultados a eleição do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, em 2018, o qual fez amplo uso de conteúdos religiosos para legitimar seu governo.

Fruto de um contexto religioso conservador, incrustado na própria formação da cultura religiosa e política brasileiras, tal onda conservadora identifica-se com a ideologia que se hegemonizou no centro do poder da ditadura civil-militar. Enquanto presidente, Bolsonaro renovou, no contexto da democracia formal, o *modus operandi* e o conceito de governo e de Estado próprios ao regime ditatorial brasileiro, que perdurou por vinte e um anos (1964-1985).

Portanto, no que se refere aos vínculos entre religião e política, cabe notar que a mobilização de ideias e atores religiosos como forma de intervir no funcionamento do Estado, na esfera jurídica e na sociedade civil levanta muitas questões relativas ao secularismo do Estado e à secularização da sociedade (Cloctet da Silva, 2021), às suas consequências para a afirmação da proteção jurídica das minorias e, em última análise, aos limites do princípio do “diferencialismo igualitário” que, segundo Philippe Portier (2012), permitiu que algumas sociedades europeias conciliassem o respeito pelas formas nacionais de regulação das crenças, com o direito dos cidadãos de divulgarem as suas identidades culturais e religiosas específicas. Além disso, tal cenário nos leva a indagar sobre

as estratégias mediante as quais a religião e a política se unem na construção de identidades e alteridade, formas de inclusão e exclusão, o “nós” e os “outros”.

Para além do caso brasileiro, o universo religioso latino-americano da segunda metade do século XX se revela complexo e difícil de ser abarcado por quadros teóricos rígidos ou modelos concebidos para outras latitudes. As ciências sociais e as ciências da religião vêm insistindo em mostrar que a religião não segue os caminhos traçados pela teoria clássica da secularização (Casanova, 2006; Mariano, 2011), mesmo quando a sua resposta às mudanças sociais implica sua contínua recomposição e realocação na vida social (Hervieu-Léger, 2004). A ideia de recomposição e mudança das religiões a partir de realidades sociais que se transformam é uma das constantes que recuperam os trabalhos reunidos neste dossiê os quais, a partir desta convergência, permitem estabelecer diálogos e comparar fenômenos situados em enquadramentos geográficos e temporais muito diferentes.

Conscientes da impossibilidade de abarcar toda a gama de problemáticas inerentes à religião em seu vínculo com a política e com as demais dimensões da vida social, o presente dossiê reúne contribuições que se inscrevem na perspectiva do diálogo interdisciplinar, que vem constituindo a identidade das Ciências da Religião no Brasil. Neste sentido, situada nas coordenadas da história social e da história política da religião, propõe diálogos com as abordagens antropológicas, sociológicas e filosóficas, procurando abarcar uma série de eixos temáticos e de problemas pertinentes para a compreensão das transformações na paisagem religiosa latino-americana da segunda metade do século XX e primeiras décadas do XXI.

Sob esta lente, o dossiê revisa as múltiplas transformações operadas no período, dentre as quais destacam-se as mudanças do espaço religioso latino-americano nos anos 60 e 70 à luz do Concílio Vaticano II e sua recepção na América Latina, que fez emergir debates teológicos abertos ao diálogo interreligioso e à perspectivas ecumênicas, assim como resistências a estas; os fundamentos religiosos dos compromissos sociais e políticos emergidos no contexto das intervenções militares e da construção dos regimes autoritários, os vínculos entre religião e discursividades reformistas, revolucionárias e contrarrevolucionárias; os posicionamentos político-religiosos de resistência ao arbítrio do poder estatal e militar, bem como aqueles de apoio e conciliação das instituições religiosas ao ordenamento e disciplinamento dos governos militares, provocando mudanças e continuidades na regulação do espaço religioso, no marco das ditaduras militares; o papel das instituições religiosas nos processos de redemocratização, construção da laicidade e ampliação dos Direitos Humanos, seus avanços, limites e atuais desafios à luz da diversidade religiosa, étnica, de gênero e política, que cinge as sociedades latino-americanas.

Sublinhar as experiências correlatas que, desde o início dos anos 60 até o presente, marcam a história política e religiosa destes países implica, por sua vez, o esforço de reinscrevê-las quer na sua ampla variedade interna, quer nas suas conexões fundamentais com outras experiências históricas de mesma natureza. Além disso, significa levar em conta ser este um tema marcado por complexos entrelaçamentos entre história, memória e historiografia, dado ser esta uma história que, de múltiplas maneiras, remete a um passado ainda presente.

A partir desta compreensão, estabelecer os vetores das conexões entre as experiências observadas, apreciando suas influências cruzadas, assim como identificar em que aspectos e dimensões os processos vivenciados pelos países latino-americanos promoveram rupturas e reiteraram permanências, continua a representar um desafio às interpretações acadêmicas, ajudando a estabelecer um campo de diálogos tradicionalmente invisibilizado pelas historiografias nacionais, identificadas a um certo nacionalismo metodológico.

Inevitavelmente, o esforço de projetar um enfoque que busca compreender fenômenos comuns a partir de suas singularidades e conexões, aproxima a experiência histórica brasileira a outras que lhe são correlatas. Algumas das quais profundamente interligadas e convergentes, como é o caso daquelas que marcam as trajetórias político-religiosa do Brasil e da Argentina, o que justifica, em boa medida, a ênfase dos textos aqui reunidos. Com recortes diferenciados na cronologia considerada, estes oferecem exemplos de alguns dos temas e perspectivas teóricas que vêm sendo desenvolvidas em ambos os países, pondo em evidência a inegável interrelação entre o político e o religioso, que constituiu um espaço de experiências relativamente comum, aberto às múltiplas e incertas possibilidades de futuro. Que as reflexões a seguir inspirem-nos a pensar sobre algumas delas, a partir de uma perspectiva atenta às complexidades e capaz de oferecer respostas construtivas para o futuro de nossas democracias.

Uma boa leitura!

Referências

- Almeida, R. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, n. 50, p. 1-27, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8650718/16883>. Acesso em: 25 nov. 2021.
- Burity, J. Religião e Política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. *Rever*, n. 4, p. 27-45, 2001.
- Casanova, J. Rethinking Secularization: A Global Comparative Perspective. *The Hedgehog Review*, v. 8, n. 1-2, p. 7-22, 2006.
- Cloclet da Silva, A. R. Secularización y laicidad en Brasil: debates actuales y perspectivas de Investigación. *Debates de Redhisel*, v. 45, p. 15-40, 2021.
- Cunha, M. N. *A Explosão Gospel*. Um Olhar das Ciências Humanas sobre o cenário evangélico contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2007.
- Freston, P. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. 1993. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Campinas, Campinas, 1993. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/69813>. Acesso em: 7 jan. 2019.
- Frigerio, A. ¿Por qué no podemos ver la diversidad religiosa?: Cuestionando el paradigma católico-céntrico en el estudio de la religión en Latinoamérica. *Cultura y Representaciones Sociales*, v. 12, n. 24, p. 51-95, 2018.
- Hervieu-Léger, D. *El peregrino y el convertido: La religión en movimiento*. México: Ediciones del Helénico, 2004.
- Mariano, R. Laicidade à brasileira. Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*, v. 11, n. 2, p. 238-258, 2011.
- Oro, A. P. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *Revista Brasileira de Ciência Sociais*, v. 18, n. 53, p. 53-69, 2003.
- Portier, P. *La Régulation Étatique du Croire dans les Pays de l'Europe de l'Ouest*. Rio de Janeiro: UFJF, 2012.
- Silva, L.G. T. Religião e Política no Brasil. *Política y Sociedad*, n. 1, p. 223-256, 2017.
- Valle, E., A Renovação Carismática Católica. Algumas observações. *Estudos Avançados*, n. 18, v. 52, p. 97-107, 2004.